

# SUGAR EXPRESS TRANSPORTES S.A.

CNPJ nº 11.896.499/0001-83

## RELATÓRIO DA DIRETORIA

Senhores acionistas: De acordo com as disposições legais e estatutárias, temos o prazer de submeter à apreciação de Vossas Senhorias as Demonstrações Financeiras em 31 de março de 2017. A Diretoria coloca-se à disposição dos Senhores Acionistas para prestar quaisquer esclarecimentos adicionais que eventualmente considerem necessários.

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE MARÇO DE 2017 E 2016 (Em milhares de Reais)			
Ativos	Nota	2017	2016
<b>Ativo circulante</b>			
Caixa e equivalentes de caixa	5	32	3.947
Contas a receber de clientes	6	3.021	4.707
Impostos e contribuições a recuperar	7	501	718
Outras contas a receber		60	41
<b>Total do ativo circulante</b>		<b>3.614</b>	<b>9.413</b>
<b>Ativo não circulante</b>			
Ativo fiscal diferido	8	2.399	2.417
<b>Total do ativo não circulante</b>		<b>2.399</b>	<b>2.417</b>
<b>Total dos ativos</b>		<b>6.013</b>	<b>11.830</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE MARÇO DE 2017 E 2016 (Em milhares de Reais)			
	Capital social	Reserva legal	Prejuízos acumulados
<b>Em 2015</b>	50	10	(2.031)
Prejuízo do exercício	–	–	(621)
<b>Em 2016</b>	50	10	(2.652)
Integralização de capital	3.500	–	–
Lucro líquido do exercício	–	–	143
<b>Em 2017</b>	3.550	10	(2.509)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

### NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

(Em milhares de Reais)

#### 1 Contexto operacional

A Companhia é uma Sociedade Anônima, com sede social na cidade de Ribeirão Preto e possui as seguintes atividades preponderantes em seu objeto social: transportadora rodoviária de cargas secas e líquidas de produtos perigosos, em todo o território nacional, mediante caminhões próprios e/ou de terceiros; atuação como operadora de transporte multimodal; e recebimento, entrega, desembarque e movimentação de cargas e de mercadorias em geral.

#### 2 Base de preparação

**a. Declaração de conformidade:** As demonstrações financeiras foram preparadas em conformidade às práticas contábeis adotadas no Brasil que compreendem os pronunciamentos contábeis emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC e demais aspectos da legislação aplicável emanada da legislação societária. A emissão das demonstrações financeiras foi aprovada pela Diretoria em 17 de maio de 2017. Detalhes sobre as políticas contábeis da Companhia estão apresentadas na nota explicativa 4. Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão. **b. Moeda funcional e de apresentação:** Essas demonstrações financeiras são apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas em Reais foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. **c. Uso de estimativas e julgamento:** A preparação das demonstrações financeiras requer que a Administração faça julgamentos, use estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados nos ativos, passivos, receitas e despesas. Contudo, a incerteza relativa a esses julgamentos, premissas e estimativas poderia levar a resultados que requeriam um ajuste significativo ao valor contábil de certos ativos e passivos em exercícios futuros. As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente. • As principais estimativas e premissas contábeis significativas são os prejuízos fiscais (nota explicativa 8). **d. Mensuração do valor justo:** Diversas políticas e divulgações contábeis da Companhia requerem a determinação do valor justo, tanto para os ativos e passivos financeiros como para os não financeiros. A Companhia utiliza dados observáveis de mercado, tanto quanto possível e os valores justos são classificados hierarquicamente, conforme técnicas de avaliação, da seguinte forma: **Nível 1:** preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos. **Nível 2:** inputs, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços). Para este exercício social não há avaliação de valor justo realizadas pela Companhia que se enquadram no Nível 3 definido pelo CPC40 (item 27a.c.). A Companhia reconhece as transferências entre níveis da hierarquia do valor justo no final do exercício das demonstrações financeiras em que ocorreram as mudanças. Quando aplicável os valores justos, as informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas em notas explicativas específicas àquele ativo ou passivo.

#### 3. Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos instrumentos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado reconhecidos nos balanços patrimoniais.

#### 4. Principais políticas contábeis

As políticas contábeis abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras em consonância com os pronunciamentos contábeis emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), exceto em casos indicados em contrário. **a. Receita operacional: Serviços de transporte rodoviário:** A receita de serviço é apurada em conformidade com o regime contábil de competência. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa na sua realização. As receitas de serviços decorrem do transporte rodoviário de açúcar mediante subcontratação de terceiros, sendo determinada mediante incorporação da margem de lucro aos respectivos custos incorridos no mês de frete contratado. **b. Receitas financeiras e despesas financeiras:** As receitas financeiras compreendem, substancialmente, receitas de juros de aplicações financeiras. A receita de juros é reconhecida no resultado, por meio do método dos juros efetivos. As despesas financeiras compreendem, substancialmente, juros sobre mútuo. **c. Imposto de renda e contribuição social:** O imposto sobre a renda é computado sobre o lucro tributável pela alíquota de 15%, acrescido do adicional de 10% para os lucros que excederem R\$ 240 no período de 12 meses, enquanto a contribuição social é computada pela alíquota de 9% sobre o lucro tributável, reconhecidos pelo regime de competência. Além disso, pode-se efetuar a compensação de prejuízos fiscais e de base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro tributável anual. A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado. O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber sobre o lucro real ou prejuízo fiscal do exercício, bem como qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores, às supramencionadas. **d. Instrumentos financeiros: (i) Ativos financeiros não derivativos:** A Companhia reconhece os empréstimos e recebíveis inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros (incluindo os ativos designados pelo valor justo por meio do resultado) são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Companhia se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento. A Companhia tem os seguintes ativos financeiros não derivativos: ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado e empréstimos e recebíveis. *Ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado:* Os ativos financeiros são designados pelo valor justo por meio do resultado se a Companhia gerencia tais investimentos e toma decisões de compra e venda baseadas em seus valores justos de acordo com a gestão de riscos e a estratégia de investimentos documentadas pela Companhia. As variações do valor justo e os custos das transações, após o reconhecimento inicial, são registradas no resultado do exercício. *Empréstimos e recebíveis:* Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros com pagamentos fixos ou determináveis que não sejam cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo e após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são medidos pelo custo amortizado por meio do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável. Os empréstimos e recebíveis compreendem contas a receber de clientes e outros recebíveis. *(ii) Passivos financeiros não derivativos:* A Companhia reconhece inicialmente passivos subordinados na data em que são originados. Todos os outros passivos financeiros (incluindo passivos designados pelo valor justo registrado no resultado) são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Companhia se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou expiradas. Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo e após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são mensurados pelo custo amortizado por meio do método dos juros efetivos. *(iii) Capital social:* Ações ordinárias são classificadas como patrimônio líquido. A Companhia não possui ações preferenciais. Os dividendos mínimos obrigatórios, conforme definido em estatuto social, são reconhecidos como passivo. **e. Redução ao valor recuperável (Impairment):** A Companhia revisa a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável, e sempre que houver evidência objetiva de que tenha ocorrido um evento de perda após o reconhecimento inicial do ativo, e que o evento de perda tenha um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados daquele ativo que possam ser estimados de uma maneira confiável. Quando não for possível estimar o montante recuperável de um ativo individualmente, a Companhia calcula o montante recuperável da unidade geradora de caixa à qual pertence o ativo. Ao avaliar a perda por redução ao valor recuperável de forma coletiva a Companhia utiliza tendências históricas de probabilidade de inadimplência, do prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos, ajustados para refletir o julgamento da administração quanto às premissas se as

Passivos	Nota	2017	2016
<b>Passivo circulante</b>			
Fornecedores		5	24
Impostos e contribuições a recolher		152	–
Adiantamentos de clientes		121	121
Outras contas a pagar	9	84	1.048
<b>Total do passivo circulante</b>		<b>362</b>	<b>1.193</b>
<b>Passivo não circulante</b>			
Operações com mútuo	11	4.600	13.229
<b>Total do passivo não circulante</b>		<b>4.600</b>	<b>13.229</b>
<b>Patrimônio líquido</b>			
Capital social		3.550	50
Reserva legal		10	10
Prejuízos acumulados		(2.509)	(2.652)
<b>Total do patrimônio líquido</b>	12	<b>1.051</b>	<b>(2.592)</b>
<b>Total dos passivos</b>		<b>4.962</b>	<b>14.422</b>
<b>Total dos passivos e patrimônio líquido</b>		<b>6.013</b>	<b>11.830</b>

condições econômicas e de crédito atuais são tais que as perdas reais provavelmente serão maiores ou menores que as sugeridas pelas tendências históricas. As provisões para perdas estimadas dos recebíveis advindos da carteira comercial de clientes a receber são reconhecidas no resultado do exercício por meio da rubrica "Despesas de Vendas" como Provisão Estimada para Créditos de Liquidação Duvidosa (PECLD) em cada exercício de avaliação do valor recuperável, conforme CPC 38 - "Instrumentos Financeiros Reconhecimento e Mensuração". O valor recuperável de um ativo ou unidade geradora de caixa é o maior entre o valor em uso e o valor justo menos despesas de venda. Ao avaliar o valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados aos seus valores presentes por meio da taxa de desconto antes de impostos que reflita as condições vigentes de mercado quanto ao exercício de recuperabilidade do capital e os riscos específicos do ativo. Os ativos corporativos da Companhia não geram entradas de caixa individualmente. Caso haja a indicação de que um ativo corporativo demonstre uma redução no valor recuperável, o valor recuperável é alocado para a UGC ou grupo de UGCs a qual o ativo corporativo pertence numa base razoável e consistente. Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou sua UGC exceder o seu valor recuperável. Perdas de valor são reconhecidas nas sobras e perdas do exercício. Perdas no valor recuperável relacionadas às UGCs são alocadas inicialmente para reduzir o valor contábil de qualquer ativo alocado às UGCs, e então, se ainda houve perda remanescente, para reduzir o valor contábil dos outros ativos dentro da UGC ou grupo de UGCs em uma base "pro rata". **f. Novas normas e interpretações ainda não adotadas:** As seguintes novas normas e interpretações de normas foram emitidas pelo IASB, mas ainda não estão em vigor para o exercício findo em 31 de março de 2017. A adoção antecipada de normas, embora encorajada pelo IASB, não é permitida no Brasil pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC): • IFRS 9 - Instrumentos financeiros. Aborda a classificação, a mensuração e o reconhecimento de ativos e passivos financeiros. A versão completa do IFRS 9 foi publicada em julho de 2014, com vigência para 1º de janeiro de 2018. A Administração está avaliando o impacto total de sua adoção. • IFRS 15 - Receita de contratos com clientes. Essa nova norma traz os princípios que uma entidade aplicará para determinar a mensuração da receita e quando será reconhecida. A norma entra em vigor em 1º de janeiro de 2018 e substitui o IAS 11 - Contratos de construção e o IAS 18 - Receitas e correspondentes interpretações. A Administração está avaliando o impacto total de sua adoção. Não há outras normas IFRS ou interpretações IFRIC, além das citadas acima, que ainda não entraram em vigor e que se espera que tenham um impacto significativo sobre a Companhia. O Comitê de Pronunciamentos Contábeis ainda não emitiu pronunciamento contábil ou alteração nos pronunciamentos vigentes correspondentes a todas as novas IFRS.

#### 5. Caixa e equivalentes de caixa

	2017	2016
Banco - conta movimento	32	103
Aplicações financeiras	–	3.844
<b>Total</b>	<b>32</b>	<b>3.947</b>

Os saldos de aplicações financeiras em 31 de março de 2016 são representados por títulos de renda fixa, remunerados substancialmente a 95% da variação do CDI - Certificado de Depósito Interbancário, possuindo liquidez diária e a possibilidade de resgate imediato. Para mais informações sobre a exposição da Companhia a riscos de taxa de juros e liquidez, veja Nota Explicativa nº 10.

	2017	2016
Clientes no mercado interno	3.021	4.707

As contas a receber de clientes são classificadas como recebíveis demonstrados ao custo amortizado. A exposição da Companhia a riscos de crédito, bem como as médias das idades dos saldos, risco de moeda e perdas por redução no valor recuperável relacionadas às contas a receber de clientes, são divulgadas na Nota Explicativa nº 10.

#### 7. Impostos a recuperar

	2017	2016
PIS/COFINS	173	232
IRPJ/CSLL	328	486
<b>Total</b>	<b>501</b>	<b>718</b>

#### 8. Ativos e passivos fiscais diferidos

Impostos diferidos de ativos e passivos foram atribuídos da seguinte forma:

	2017	2016
Ativos		
Prejuízo fiscal a compensar	2.399	2.417
<b>Total</b>	<b>2.399</b>	<b>2.417</b>

Movimentação durante o exercício:

	2016	Reconhecida no resultado	2017
Prejuízo fiscal a compensar	2.417	(18)	2.399
<b>Total</b>	<b>2.417</b>	<b>(18)</b>	<b>2.399</b>

Os ativos fiscais diferidos foram reconhecidos, uma vez que a Administração analisou suas estimativas de resultados futuros e considerou provável que os lucros tributáveis futuros estariam disponíveis, podendo ser utilizados contra tais despesas.

#### 9. Outras contas a pagar

	2017	2016
Fretes a pagar	42	1.048
Outros	42	–
<b>Total</b>	<b>84</b>	<b>1.048</b>

#### 10. Instrumentos financeiros

**a. Classificação dos instrumentos financeiros e valor justo:** Durante os exercícios findos em 31 de março de 2017 e 2016, não foram realizadas nenhuma reclassificação de instrumentos financeiros. **Valor justo versus valor contábil:** Os valores justos dos ativos e passivos financeiros, juntamente com os valores contábeis apresentados no balanço patrimonial, são os seguintes:

	Hierarquia do Valor justo	Valor Contábil
	2017	2016
Caixa e equivalentes de caixa	Nível 1/Nível 2	32 3.947

#### Empréstimos e recebíveis

	Nível 2	3.021	4.707
Contas a receber de clientes			
Outras contas a receber	Nível 2	60	41

#### Passivos mantidos pelo custo amortizado

	Nível 2	121	121
Adiantamentos de clientes			
Partes relacionadas	Nível 2	4.600	13.229
Fornecedores	Nível 2	5	24
Outras contas a pagar	Nível 2	84	1.048

Não inclui informações sobre o valor justo dos ativos e passivos financeiros não mensurados ao valor justo, se o valor contábil é uma aproximação razoável do valor justo. **Hierarquia de valor justo:** A tabela acima fornece uma análise dos instrumentos financeiros que são mensurados pelo valor justo após o reconhecimento inicial, agrupados nos Níveis 1 a 2 com base no grau observável do valor justo. As descrições das hierarquias estão demonstradas na nota 2 d. **b. Gerenciamento de risco financeiro:** A Companhia está exposta aos riscos de crédito, liquidez e operacional. Esses riscos são permanentemente monitorados, visando mitigá-los. Atualmente, a política de gerenciamento de risco adota as seguintes premissas: todos os riscos classificados como "prioritários" são identificados, analisados e monitorados; limites de uso de capital são aprovados pela Diretoria; e todas as exposições são reportadas e mensuradas com frequência apropriada. **Risco de crédito:** É o risco de prejuízo

esta substancialmente concentrada nos instrumentos financeiros abaixo:

	2017	2016
Banco - conta movimento	32	103
Aplicações financeiras	–	3.844
Contas a receber	3.021	4.707
Outras contas a receber	60	41

### DIRETORIA

<b>Luis Roberto Pogetti</b> Diretor Presidente	<b>Paulo Roberto de Souza</b> Diretor Superintendente	<b>Júlio Alvarez Boada</b> Diretor	<b>José Augusto Durand</b> Diretor	<b>Ariosto da Riva Neto</b> Diretor
---	--	---------------------------------------	---------------------------------------	--

### RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

#### Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE MARÇO DE 2017 E 2016 (Em milhares de Reais)			
	Nota	2017	2016
Receitas líquidas	13	7.603	13.297
Custo dos serviços prestados	14	(6.477)	(12.354)
<b>Lucro bruto</b>		<b>1.126</b>	<b>943</b>
Despesas vendas		(24)	–
Despesas administrativas		(219)	(215)
Outras receitas		41	–
Outras despesas		(39)	(14)
<b>Resultado antes das receitas (despesas) financeiras líquidas</b>		<b>885</b>	<b>714</b>
Receitas financeiras	15	673	306
Despesas financeiras	15	(1.363)	(1.985)
<b>Financeiras líquidas</b>		<b>(690)</b>	<b>(1.679)</b>
<b>Resultado antes dos impostos</b>		<b>195</b>	<b>(965)</b>
Imposto de renda e contribuição social correntes	16	(34)	203
Imposto de renda e contribuição social diferidos	8 e 16	(18)	141
<b>Lucro/(Prejuízo) líquido do exercício</b>		<b>143</b>	<b>(621)</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS ABRANGENTES EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE MARÇO DE 2017 E 2016 (Em milhares de Reais)			
	2017	2016	
Lucro/(Prejuízo) líquido do exercício	143	(621)	
<b>Resultado abrangente total</b>	<b>143</b>	<b>(621)</b>	

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE MARÇO DE 2017 E 2016 (Em milhares de Reais)			
	2017	2016	
Lucro/(Prejuízo) líquido do exercício	143	(621)	

	2017	2016
Ajustado por:		
Depreciação e amortização	–	1
Impostos diferidos	19	(141)

#### Variações nos ativos e passivos

Diminuição em contas a receber de clientes	1.686	24
(Aumento)/Diminuição em partes relacionadas	(5.129)	3.017
Diminuição/(Aumento) em impostos e contribuições a recuperar	217	(45)
(Aumento)/Diminuição em outras contas a receber	(19)	15
(Diminuição) em fornecedores	(20)	(5)
Aumento em impostos e contribuições a recolher	152	–
(Diminuição)/Aumento em outras contas a pagar	(964)	962
<b>(Decréscimo)/Acréscimo líquido em caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>(3.915)</b>	<b>3.207</b>

#### Demonstração da variação em caixa e equivalentes de caixa

No final do exercício	32	3.947
No início do exercício	3.947	740
<b>(Decréscimo)/Acréscimo líquido em caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>(3.915)</b>	<b>3.207</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Perdas por redução no valor recuperável: Os vencimentos das contas a receber de clientes são:			
	2017	2016	
<b>Bruto</b>	<b>3.021</b>	<b>4.707</b>	<b>Bruto</b>
Não vencidos	30	82	
Vencidos acima de 120 dias	2.991	4.625	

**Risco de liquidez:** Risco de liquidez é o risco em que a Companhia irá encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia na administração de liquidez é de garantir liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas ou risco de prejudicar a reputação da Companhia. **Risco operacional:** Risco operacional é o risco de prejuízos diretos ou indiretos decorrentes de uma variedade de causas associadas aos processos de negócios, pessoal, tecnologia e infraestrutura da Companhia e de fatores externos, exceto riscos de crédito, mercado e liquidez, como aqueles decorrentes de exigências legais e regulatórias e de padrões geralmente aceitos de comportamento empresarial. O objetivo da Companhia é monitorar os potenciais riscos operacionais visando mitigar ao máximo a ocorrência de prejuízos financeiros e danos à reputação e continuidade de seus negócios, buscando assim, a eficácia de custos evitando procedimentos de controle que não são eficazes.

#### 11. Partes relacionadas

||
||
||